



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O “ISOLAMENTO SOCIAL” DOS POBRES URBANOS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19

Andriele da Silva Panosso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - andrielep@gmail.com
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em Engenharia Civil, doutoranda do PROPUR - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS

O “ISOLAMENTO SOCIAL” DOS POBRES URBANOS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19

RESUMO

Este trabalho constitui um exercício de reflexão acerca do território a partir de um tema relacionado ao projeto de pesquisa de tese sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas condições de trabalho e habitação da população. Levanta-se a discussão sobre lugar e cotidiano, a partir do evento da pandemia, na Favela de Paraisópolis, localizada em São Paulo, que a partir da articulação de moradores, vêm realizando o enfrentamento da pandemia autonomamente, frente à pouca presença do Estado no território e no auxílio das famílias. Questiona-se se o isolamento social imposto pela pandemia reforça a segregação socioespacial da população de Paraisópolis, já isolada em tantos aspectos. São resgatados os conceitos de fato social total para demonstrar a importância e a relevância do fenômeno da pandemia; de lugar e cotidiano para elaborar a ideia da influência sociocultural no território; e de fragmentação e segregação urbana, principalmente a partir das noções de que a segregação social se relaciona com o estreitamento de laços de sociabilidade nos ambientes de trabalho, residencial e de educação, podendo funcionar como um agravante ou um atenuante no isolamento social que os pobres urbanos estão sujeitos. Verifica-se que no contexto do isolamento social imposto pela pandemia, o isolamento da população da favela em relação ao núcleo da ordem vigente possivelmente se agrava, aumentando as distâncias sociais entre pobres e não pobres.

Palavras-chave: segregação socioespacial; isolamento social; pobreza urbana; favelas; Paraisópolis.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui um exercício no qual me proponho a pensar o território a partir de um recorte relacionado a meu projeto de pesquisa de tese, o qual refere-se ao estudo do impacto da pandemia de COVID-19 nas condições de trabalho e habitação da população. Levanta-se aqui a discussão acerca de lugar e cotidiano, a partir do evento da pandemia e suas especificidades enquanto “acontecer solidário” na favela de Paraisópolis, localizada em São Paulo, que tomou em suas próprias mãos o enfrentamento da pandemia durante os anos de 2020 e 2021 e ganhou atenção da mídia como um lugar de superação das adversidades impostas pela emergência sanitária. **Questiona-se se o isolamento social imposto pela pandemia reforça a segregação socioespacial da população de Paraisópolis, já isolada em tantos aspectos.** O objetivo geral é discutir a questão da segregação socioespacial dos pobres urbanos frente à pandemia de COVID-19 principalmente sob a ótica de

Schapira (2001) sobre fragmentação urbana e de Kaztman (2001) sobre o isolamento social dos pobres urbanos. Pretende-se explorar esse evento em suas diversas dimensões e especificidades, demonstrando que o isolamento social recomendado pela OMS como medida de enfrentamento da pandemia, reforça o isolamento ou a segregação social que a população da favela se encontra.

Em seu texto clássico “Ensaio sobre a Dádiva”, Marcel Mauss (2008) propõe o conceito de “fato social total”. Segundo ele, os fatos sociais totais “põem em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e das suas instituições [...] Todos esses fenômenos são, a um tempo, jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc.”. Santos; Pontes & Coimbra Jr. (2020) apontam que a pandemia de COVID-19, seja ela estudada em escala global, ou na escala de países, ou regiões onde o vírus circula, é um processo que pode ser interpretado como “fato ou fenômeno social total”. Os autores realçam que na pandemia se manifesta um amplo leque de dimensões, como a economia, a religião, a legislação, a moralidade, a estética, a ciência etc. No contexto atual, essas dimensões estão imbricadas em relações bastante complexas e em seguimentos sociais específicos, o fenômeno pode tomar contornos próprios do lugar.

Santos (2006, p. 213) afirma “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.”, implicando que “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.” O evento permite unir o mundo ao lugar, o tempo e o espaço em uma categoria única. Esse evento, configurado na presente pandemia de COVID-19, se realiza a partir de dois polos: “o futuro como projeto e o passado como realização já produzida” (SANTOS, 1999).

“Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo” (SANTOS, 2006, p. 108). É no evento da pandemia que se pode verificar que a interdependência dos eventos se dá em diferentes níveis. Do ponto de vista geográfico, os mais relevantes são o nível do mundo e o nível do lugar. O acontecer da pandemia é consequência da existência dos homens sobre a Terra e estes capazes de ação, sendo ação e evento movimentos imbricados. A pandemia exige ação dos Estados, das empresas, das instituições de toda a natureza e dos indivíduos para seu enfrentamento (SANTOS, 2006, p. 108). Verifica-se em Paraisópolis a lógica vigente

no mundo, ao mesmo tempo que apresenta peculiaridades do lugar, do espaço praticado e do cotidiano, representadas pelo enfrentamento da pandemia pelos próprios indivíduos que aí habitam e pela ausência do Estado nesse mesmo enfrentamento.

2. DISTÂNCIAS SOCIAIS E A POBREZA URBANA

Santos (1999) traz que o estudo sobre a pobreza geralmente é tratado independentemente de diversas circunstâncias e não sob a ideia totalidade, porém para o correto trabalho em planejamento urbano é necessário que se compreenda a dinâmica da sociedade. Tomando a cidade como a reificação do espaço social, faz-se pertinente a análise das proximidades e distâncias sociais entre a favela e o restante da cidade no sentido de que as propriedades sociais de uma prática ou os atributos de um grupo não se explicam por si mesmos, são relacionais e dessa forma, socialmente construídos (LAGO; RIBEIRO, 2001).

As grandes metrópoles latino-americanas enfrentam ainda hoje as consequências de um processo de crescimento muito acelerado, que na década de 1980, com a crise da organização fordista da produção capitalista e a liberalização das economias, que provocaram a crescente desregulação do Estado, deram origem ao fenômeno de segregação de grupos sociais nas cidades contemporâneas (MARZULO, 2009; SCHAPIRA, 2001). Davis (2006) aponta o recuo do Estado como a principal causa isolada do aumento da pobreza e da desigualdade. O autor afirma que era esperado que a liberalização tornasse as cidades grandes focos de crescimento e prosperidade, no entanto, as transformou em depósitos de excedente de populações trabalhando em setores informais de comércio e serviços, sem especialização, desprotegidos e com baixos salários.

Bourdieu (2008) traz a questão da distância social, em que compreende a sociedade por relações hierárquicas, de proximidade e separação entre os grupos sociais. Essas relações definem os lugares no espaço através da composição e volume desigual de capital econômico, social e simbólico. Então, os diferentes grupos sociais se relacionam mais ou menos através de lutas pela apropriação do espaço.

Dominar o espaço significa, sobretudo, apropriar-se (material e simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que estão distribuídos de acordo com a capacidade de acumular capital que se possui. Esse capital vai influenciar em quais coisas e pessoas são mantidas à distância e quais são mantidas mais próximas. As proximidades no espaço físico permitem que as proximidades do espaço social produzam efeitos nas relações, através de encontros casuais e previsíveis, favorecendo o acúmulo do capital social. Já os que não possuem capital são mantidos à distância, tanto fisicamente quanto simbolicamente, ou seja, são mantidos presos em um lugar onde estão as pessoas e os bens menos raros e mais indesejáveis (BOURDIEU, 2008).

Kaztman (2001) aponta que as transformações nos mercados de trabalho influenciam diretamente na localização das classes populares no território urbano e que estas são manifestações de desigualdades salariais e de proteções e estabilidade laboral, fatores preponderantes nas questões relacionadas ao isolamento social dos pobres urbanos. A redução das interações informais entre os estratos socioeconômicos distintos agrava a polarização na composição social dos territórios. A homogeneização dos bairros diminui gradativamente as oportunidades de sociabilidade entre as classes e piora o isolamento social, assim como influencia no afloramento de subculturas marginais.

Uma explicação para a conversão da diferença salarial entre as classes em desigualdades sociais é que conforme as famílias favorecidas recebem mais do que a média da população, passam a buscar os serviços de melhor qualidade no mercado em detrimento da utilização dos serviços coletivos. Isso produz grandes mudanças na estrutura social que alimenta os mecanismos de isolamento social dos pobres urbanos. Uma dessas mudanças é que as classes não socializam tanto quanto socializariam se usassem os mesmos serviços coletivos e outra é que os serviços públicos perdem os usuários dos estratos médios, aqueles que têm “voz” ativa para exigir a qualidade dos serviços, criando um círculo vicioso de diferenças gradualmente maiores entre os serviços públicos e privados, aumentando ainda mais a diferença entre os pobres, que dependem inteiramente dos serviços coletivos públicos e os não pobres (KAZTMAN, 2001).

No caso da Favela de Paraisópolis, os moradores buscaram no mercado os serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado, inclusive no momento da pandemia. Não em razão do mercado apresentar melhores serviços, mas sim, neste caso, porque o mercado se apresentou como única alternativa. Num momento de extrema vulnerabilidade, os habitantes desse território se viram obrigados a enfrentar a pandemia a partir de soluções próprias e coletivas, para a manutenção da vida de suas famílias.

3. FRAGMENTAÇÃO URBANA E ISOLAMENTO SOCIAL DOS POBRES

Schapira (2001) traz conceito de fragmentação urbana associando componentes espaciais, como a desconexão física, descontinuidades morfológicas, a dimensões sociais, como migrações internas e lógicas exclusivas, e políticas, como a dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana. A autora ainda coloca que diferentemente da cidade norte-americana, a expansão urbana latina é resultado de políticas públicas e mecanismos de mercado que expulsam as populações carentes para as áreas periféricas.

Atualmente, o debate internacional no campo acadêmico está voltado aos conceitos e noções teóricas relacionados aos impactos sociais e espaciais das mudanças econômicas nas cidades. Lago e Ribeiro (2001) criticam a retomada de uma concepção dualista em que as mudanças em curso no mundo do trabalho estariam desfazendo as relações de integração da favela com a cidade. No entanto, o que se vê a partir de 2020 com o advento da pandemia de COVID-19 é justamente essa alteração emergencial no mundo do trabalho, da residência e da escola, para a qual se questiona que impacto terá, não somente nos territórios das favelas, mas nos territórios das classes populares.

Schapira (2001) ainda adiciona à noção de fragmentação uma prática bastante comum no Brasil, a da criação de territórios *ad hoc* que servem para abrigar as políticas sociais destinadas às populações pobres urbanas, como por exemplo as demarcações de ZEIS (zonas especiais de interesse social), que contribuem diretamente para o agravamento da fragmentação urbana, já que levam parcelas de populações para áreas cada vez mais periféricas e desprovidas de infraestrutura.

Um outro fenômeno bastante relevante para a noção de fragmentação é a questão da proximidade entre ricos e pobres em espaços hermeticamente fechados, que estabelecem relações bastante assimétricas entre diferentes partes da cidade. Esse fenômeno, se materializa pelos processos de separação, isolamento e de exclusão que ocorrem através de muros, barreiras e fronteiras privadas (SCHAPIRA, 2001). O medo do espaço público é um grande aliado da fragmentação urbana.

A cidade fragmentada então mantém os pobres e os não pobres separados. Cria muros, condomínios e outras mais diversas barreiras para manter à distância aqueles que não apresentam condições de sobrevivência no núcleo da ordem social estabelecida (MARZULO, 2009). Os espaços públicos já não representam espaços de proximidade social. Perlman (2002) chama a atenção para os mitos sobre marginalidade social, cultural, política e econômica, em que se supõe que os favelados são economicamente ou politicamente marginais, quando na realidade são explorados e reprimidos; ou socialmente e culturalmente marginais, sendo na realidade estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado.

A pobreza urbana se relaciona diretamente com as transformações nos mercados de trabalho. Com os processos de desindustrialização, redução do Estado e inovações tecnológicas rapidamente incorporadas em algumas áreas, ocorre a redução das posições de trabalho protegidas e estáveis, à medida que aumentam as diferenças salariais entre os trabalhadores que têm baixa e alta qualificação, o que gera um agravamento do desemprego e do subemprego, sendo os subempregados mais afetados (KAZTMAN, 2001).

O fenômeno de segregação/isolamento social implica em vínculos frágeis ou inexistentes entre os pobres urbanos e outras pessoas e instituições que orientam as normas e valores dominantes na sociedade. Kaztman (2001) aponta essas transformações nos mercados de trabalho e em certas estruturas de oportunidades que geram recursos humanos e capital social aos trabalhadores como os principais fatores de agravamento da segregação dos pobres urbanos.

4. PLANEJAMENTO URBANO E PANDEMIA

A história de grandes cidades que superaram doenças contagiosas a partir de grandes transformações já é amplamente conhecida (BRINKLEY, 2020). Essas grandes transformações urbanas historicamente orbitam em torno das necessidades de infraestrutura e saneamento impostas pelas massas de populações habitantes dos grandes centros urbanos, além do emprego do capital excedente (HARVEY; CAMARGO, 2014). A questão da densidade demográfica e da falta de infraestrutura de saneamento são as mais latentes durante a pandemia de COVID-19, porém, no contexto brasileiro, não são exatamente esses os motores das grandes obras públicas. Davis (2020) afirma que esse cenário composto pelo asteroide biológico do coronavírus, não é uma erupção totalmente desconhecida, já se viu algo muito parecido com o surto da gripe aviária.

A dinâmica de urbanização dos países de “Terceiro Mundo” não se confunde com a da Europa e América do Norte no século XIX e início do século XX. Ao contrário, é uma urbanização radicalmente desligada da industrialização e até do próprio desenvolvimento. O crescimento da produção não está mais vinculado ao crescimento do nível de emprego. As imposições do FMI nos anos 1980 e 1990 aceleraram o êxodo da mão de obra rural excedente diretamente para as favelas urbanas, ainda que as cidades não representassem mais a ideia de máquinas de empregos. Esse rápido crescimento urbano em meio ao ajuste estrutural, desvalorização da moeda e redução do Estado foi o que produziu em massa as favelas (DAVIS, 2006).

Na lógica neoliberal, em que o Estado é gradativamente reduzido e o planejamento urbano é relegado às decisões de mercado, o que se vê são grandes parcelas da população desassistidas, convivendo em locais insalubres e aglomerados, sem saneamento básico e sem condições mínimas de sobrevivência num contexto de pandemia, enquanto os investimentos e as melhorias urbanas são direcionados a populações de classe média e alta. Neste trabalho, trata-se em especial das favelas, as quais Davis (2006) define como lugar com “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e esgoto sanitário e insegurança da posse da terra”.

Classicamente, o crescimento demográfico das favelas é atribuído à migração, porém, atualmente, dados censitários mostram que esse fenômeno explica cada vez menos o acelerado processo de favelização em grandes cidades. Num contexto global, Davis (2006) aponta que o FMI e o Banco Mundial, nos anos 1980, usaram a alavancagem da dívida para a reestruturação da economia mundial do Terceiro Mundo e nessa época que as favelas tornaram-se não somente local de imigrantes rurais pobres, mas também de habitantes tradicionais urbanos que ficaram desalojados ou na miséria como consequência do ajuste. No Rio de Janeiro, em particular, Lago & Ribeiro (2001) apontam que o surgimento e expansão de novas favelas ocorrem pela mobilidade espacial interior ao município, em que as famílias se deslocam dos bairros para favelas, ou de favelas consolidadas para outras mais recentes. Os autores relacionam esse fenômeno com a tentativa de fuga do aluguel, em ambos os mercados formal e informal e com a redução da oferta de habitações ou lotes populares. Esse fenômeno pode estar relacionado diretamente com a redução do Estado, das políticas de habitação e do avanço do mercado.

É verdade que não é só na favela que vivem os pobres urbanos, mas Marzulo (2005, p. 276) salienta que a favela é um bom exemplo analítico, em razão de funcionar como uma primeira expressão e mais bem acabada do que se encontra em outros territórios de classes populares:

A centralidade analítica da favela reside no fato de ela funcionar como primeira expressão e mais bem acabada de uma dinâmica que cada vez mais se encontra nos demais territórios das classes populares, regular ou não, legal ou ilegal, fruto também das políticas públicas focais que alteraram sua condição jurídica e urbanística, tanto como o impacto sobre as classes populares das mudanças nas relações de trabalho, seja no aumento da precarização das relações de trabalho, diminuição relativa dos rendimentos e a permanência na última década de altos níveis de desemprego. Fatores que fizeram com que aspectos antes atribuídos especificamente aos moradores das favelas se generalizassem ao conjunto do espaço das classes populares.

Marzulo (2005, p. 274) afirma que “a favela já há muito tempo não é espaço exclusivo dos pobres e nem da cultura popular, porém funciona como polo [...] paradigma do espaço das classes populares na metrópole brasileira, na modernidade tardia.” O autor critica a literatura que traz a construção simbólica da favela como espaço excluído do processo econômico geral, em vista que essa dinâmica de

exclusão é parte desse processo, e atualmente há um afastamento muito acentuado das classes populares da ordem social competitiva, especialmente no contexto dos países não centrais do capitalismo. As alternativas encontradas pelas classes populares, baseadas na solidariedade, a partir do enraizamento em redes sociais, não são instauradores de uma nova ordem, pelo contrário, demonstra táticas que se constituem no “limite da sobrevivência social e psicológica, às vezes mesmo, biológica (2005, p. 275).”

5. PARAISÓPOLIS E O ISOLAMENTO SOCIAL

O limite da sobrevivência social, psicológica e biológica (MARZULO, 2005) nas favelas brasileiras pode ser estudado a partir do fenômeno da pandemia de COVID-19. Neste trabalho toma-se como referência a atuação das lideranças comunitárias de Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, a qual depois de uma tentativa frustrada de reivindicação por políticas públicas de enfrentamento à pandemia por parte do poder público, deflagrou a articulação de um movimento chamado “Comitê das Favelas”, formado por líderes e empreendedores sociais das dez maiores favelas do Brasil.

Paraisópolis tem cerca de 100 mil habitantes e 10 mil negócios locais, nos quais 21% da população está empregada. Num contexto de potência cultural e soluções coletivas, a favela enfrenta sérias questões de infraestrutura, saúde pública, espaços de cultura e lazer. A visão de ruas com esgoto a céu aberto, moradias sem condições de salubridade, pouco acesso à internet e atendimento precário nas unidades de saúde próximas se mescla à crise sanitária global para dar o tom do desamparo das famílias por parte do Estado (REDAÇÃO EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO, 2021).

O movimento do “Comitê das Favelas”, que só em Paraisópolis, mobilizou cerca de 658 voluntários, dos quais 85% são mulheres, dividiu-se em múltiplas ações de enfrentamento da pandemia no território. Outras comunidades se inspiraram e a iniciativa foi replicada em outros 380 territórios espalhados em 14 estados do país (REDAÇÃO EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO, 2021).

No início da crise sanitária, a União dos Moradores de Paraisópolis passaram a adaptar as ações que já existiam na favela para garantir a segurança e atender as

necessidades da população frente à pandemia. Na primeira fase, o modelo de gestão reuniu os negócios sociais e fez o direcionamento das ações para o combate à pandemia, com a produção e distribuição de máscaras, cestas básicas e conexão dos moradores com oportunidades de emprego. Num segundo momento o foco era de tranquilizar os moradores e mobilizá-los. Os “presidentes de rua”, voluntários responsáveis pela orientação de cada grupo de 50 famílias, ajudava na conexão das famílias às 12 frentes organizadas para o combate à disseminação da COVID-19. Os voluntários tinham entre 18 e 45 anos, visto a maior mortalidade em pessoas com idades superiores. Além dessas ações, foram colocados carros de som circulando pela favela, para fazer a conscientização dos moradores acerca da gravidade da pandemia (REDAÇÃO EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO, 2021).

Essa visão de como a favela enfrenta a pandemia evidencia a noção de cotidiano, relacionada por Certeau (1998) com os “procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) [que] jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los;” e é nessa lógica que as lideranças comunitárias de Paraisópolis não se conformam com o abandono do poder público em relação à sua população e à pandemia e tomam em suas mãos o enfrentamento, pela sua sobrevivência. É uma tentativa de quebrar o ciclo de reprodução da lógica dos pobres que vivem em favelas sofrendo as consequências da pandemia e vendo suas populações dizimadas sem auxílio. Vê-se aqui o uso de táticas para sobrevivência, que não necessariamente alteram a ordem social da favela, a de espaço segregado, porém reforçam o sentimento de união e de solidariedade:

Os sujeitos envolvidos nessa onda viva voltam a sentir o impacto real de suas ações e, ainda, atualizam a experiência de apostar em saídas coletivas. Isso explica o magnetismo das ações cooperativas e solidárias (COLOSSO, 2020, parag. 10).

Milton Santos (1999) traz a ideia de território usado como um território em mudança, em processo, e que suscetível aos eventos representa a união entre o passado e o futuro. O autor fala sobre território a partir da perspectiva de François Perroux: “(...) deveria ser visto como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e

contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”.

6. “ISOLAMENTO SOCIAL” PROGRESSIVO

Frente à realidade do isolamento social imposto pela pandemia, nos quais as pessoas são incentivadas a se manterem em casa, muitas vezes perdendo o emprego e ficando sem condições de sobrevivência, sem auxílio do Estado, percebe-se que as relações de sociabilidade entre o mundo da favela e o mundo dos bairros, que se dá pela inserção dos moradores da favela no mundo do trabalho (LAGO; RIBEIRO, 2001) ficou extremamente prejudicada.

Nesse contexto, parece pertinente associar o que Kaztman (2001) apresenta como hipóteses sobre a natureza e os fatores determinantes da segregação/isolamento social progressivo dos pobres urbanos à situação atual de pandemia de COVID-19. O autor pondera que a noção de exclusão, desfiliação, fragmentação, segregação e outras semelhantes estão relacionadas à crescente parcela da população que têm vínculos instáveis e precários com o mundo do trabalho, e também está progressivamente isolada das correntes predominantes na sociedade. Nesta análise fica evidente que esses fatores se agravam com o “isolamento social” imposto pela pandemia, que acaba com os vínculos de trabalho e sociabilidade entre os pobres e os não pobres, faz cada um ficar imóvel em sua moradia. Este é o caso da favela de Paraisópolis, que no momento da pandemia, esteve completamente desamparada e sem condições de manter os já tão frágeis vínculos com o mundo do trabalho.

Kaztman (2001) aponta uma série de possíveis segmentações da estrutura social que podem funcionar sobre a formação de ativos sociais que amortizam ou agravam a segregação/isolamento social dos pobres urbanos. Essas segmentações estão relacionadas à área do trabalho, à área educativa e à área residencial com questões atribuídas ao capital social individual, social coletivo e cidadão.

Na questão da segmentação laboral, em relação ao capital social individual, ocorre a redução da probabilidade de conexão com redes de informação e contatos que podem auxiliar na busca por um emprego. Em relação ao capital social coletivo,

ocorre a separação dos locais de trabalho que recrutam pessoas com voz ativa, reduzindo também a força das instituições que os pobres urbanos podem utilizar para reivindicações. Outra questão é a participação de pais de classe média em escolas públicas, que pode influenciar na manutenção da qualidade do serviço educacional. Na questão do capital cidadão, o trabalho não mais opera como um vínculo central de pertencimento à sociedade, afetando a aquisição de direitos de cidadania. Neste caso os sentimentos de cidadania que se dão ao compartilhar problemas e destinos coletivos com as correntes predominantes de trabalhadores se debilitam (KAZTMAN, 2001).

Fazendo a relação entre essas colocações e a realidade da favela de Paraisópolis, percebe-se que primeiramente, com o isolamento social, fica bastante reduzida a probabilidade de conexão com redes de informação e contatos que auxiliam na busca por emprego. Os moradores e atuantes do Comitê das Favelas tentaram suprir essa carência, promovendo a conexão dos moradores com oportunidades de emprego, porém essa conexão não é direta, o que pode significar que não funciona tão bem. Além disso, o índice de desemprego cresceu vertiginosamente durante a pandemia (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020).

A separação dos locais de trabalho e o fechamento de quaisquer instituições e locais que os pobres poderiam utilizar para fazer reivindicações deixa esses moradores sem alternativas e a internet se torna praticamente a única maneira de mobilização coletiva, o que também não funciona, já que muitos moradores tem acesso prejudicado à internet. No início da pandemia, as lideranças de Paraisópolis fizeram reivindicações junto ao poder público, mas não obtiveram resposta, o que desencadeou o movimento de enfrentamento próprio.

A questão do compartilhamento de problemas e destinos coletivos com as correntes predominantes de trabalhadores da sociedade também se debilita, o que se vê na televisão e na internet é que o teletrabalho é a solução possível para o isolamento social, quando este não é a solução para a maioria massiva de moradores da favela, que trabalham em serviços ou em outras atividades precarizadas, então essa ideia do sentimento de cidadania e de compartilhamento de um destino coletivo

torna-se frágil, enquanto os não pobres mantêm sua segurança em suas casas, os pobres precisam se arriscar e trabalhar expostos ao coronavírus para manter a sobrevivência de suas famílias.

Na área educativa, que afeta particularmente os jovens em idade escolar e em formação, ocorre o enfraquecimento da formação de reciprocidade e solidariedade entre os pares, a possibilidade de que os mais ricos conheçam os méritos dos mais pobres e construam com eles relações de lealdade, além da incorporação de hábitos e atitudes da classe média em relação à mobilidade social, através da educação. Também se reduz a participação de pais de estudantes de classe média na educação pública e diminui a influência desse grupo na qualidade do ensino oferecido. Os estudantes pobres também veem reduzidas as chances de conviver em uma comunidade com direitos e deveres iguais, problemas similares e recompensas por mérito com pares de outras classes (KAZTMAN, 2001).

O isolamento social frente à educação/escolarização representa um enorme problema para as populações pobres. Praticamente todos os vínculos e processos formativos em que os alunos tem contato com outras crianças se desfizeram com a pandemia. Alunos foram incentivados a ficar em casa em razão do fechamento das escolas. O que se viu foi que os alunos de escolas públicas não têm recursos em casa, e fizeram uma transição para o ensino remoto com perdas muito significativas, visto que muitos não possuem internet ou computadores, e frequentemente nem mesmo a alimentação assegurada. Além disso, uma parte muito grande do ensino remoto é o envolvimento dos pais no processo de ensino e aprendizagem, o que em populações pobres fica prejudicado, em razão dos pais não terem condições de auxiliar as crianças por causa do trabalho ou da própria inaptidão com questões escolares. O que se percebe é que essas crianças poderão ser seriamente prejudicadas no futuro em sua colocação no mercado de trabalho, especialmente em relação a crianças não pobres, que estudam em escolas particulares, e que possivelmente fizeram uma transição mais satisfatória para o ensino remoto.

Em relação à segregação residencial ocorre principalmente a menor informação e contatos e menor exposição a modelos de comportamento. Ocorre também o declínio de instituições comunitárias em razão de poucas lideranças,

enfraquecimento da cidadania ao não compartilhar problemas de vizinhança com outras classes e risco de formação de subculturas marginais (KAZTMAN, 2001).

A segregação residencial, já presente anteriormente à pandemia, fica agora exacerbada, pois os moradores têm menor contato com os habitantes de outras áreas da cidade, reforçando o isolamento dentro da favela. A menor exposição a modelos de comportamento poderia ser discutida, já que as lideranças comunitárias de Paraisópolis representaram um grande exemplo de articulação e liderança popular, o que parece ter fortalecido a comunidade, até certo ponto. No entanto, em 2021, um dos líderes do movimento revela que as ações perderam força e vêm enfrentando muitos obstáculos devido à diminuição de doações, o que inviabiliza as ações implementadas em 2020 (AGÊNCIA MURAL, 2021). De qualquer maneira, o movimento e a liderança popular realizaram o enfrentamento a partir de doações e não a partir da inserção da população no mercado de trabalho.

Esses três tipos de segmentação se potencializam mutuamente em relação ao progressivo isolamento dos pobres urbanos. À medida que aumentam as diferenças entre bairros, elas começam a se manifestar como diferenças na qualidade da infraestrutura de serviços, de educação, saúde, transporte, segurança pública e espaços de recreação, o que impacta diretamente no isolamento social dos pobres urbanos, reduzindo as possibilidades de se inserir de forma estável e não precária no trabalho (KAZTMAN, 2001).

Dependendo do caráter das concepções de cidadania nacional que orientam as ações do Estado, o aumento da segmentação e da precariedade pode coexistir com políticas que diminuem seus efeitos sobre as diferenças de renda e evitem a manifestação territorial dessas desigualdades em questão de segregação residencial. Também pode acontecer do Estado incentivar o uso universal dos serviços básicos como o transporte, a segurança pública, a saúde e a educação, fazendo esforços para manter a qualidade (KAZTMAN, 2001). No Brasil, durante o enfrentamento da pandemia, o que se viu foi grande negacionismo por parte do governo federal e principalmente a falta de assistência aos mais pobres, que vêm perecendo em meio à crise econômica, sanitária e política.

Davis (2020) argumenta que a cada avanço da pandemia fica mais claro a necessidade de uma política de cobertura médica universal e de ausência remunerada do trabalho. No Brasil, no ano de 2020 e 2021, o Estado promoveu o Auxílio Emergencial, em que ofereceu renda a famílias com trabalhadores precários que sofreram os impactos da pandemia, porém o valor disponibilizado não deu conta de uma pandemia que já dura quase dois anos, especialmente em 2021, quando o auxílio se reduziu a menos da metade de pessoas beneficiadas e ao valor inicial (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de uma sociedade fragmentada que produz o entrelaçamento de diferentes espaços e dá maior visibilidade às diferenças e comunitarismos, põe em risco as formas de urbanização construídas sobre a existência de um espaço público. Essa questão é extremamente relevante quando se pensa em como os espaços da cidade interagem entre si durante a pandemia de COVID-19: o espaço público pouco existe, não pode ser ocupado, o que induz a uma dissociação social das partes em relação ao todo urbano. Essa ruptura pode levar à autonomização, como no caso de Paraisópolis, agravando ainda mais a fragmentação e o isolamento social (SCHAPIRA, 2001).

As conexões entre as práticas cotidianas, analisadas em termos do domínio do espaço e situadas temporalmente, no evento da pandemia, permite inferir que ocorre uma redução do domínio territorial, em que o morador fica relegado ao espaço da favela, de onde não pode se mover, em função das medidas de isolamento social. O domínio territorial restrito e periférico ao longo do tempo é um fator que favorece o processo de segregação espacial de famílias de classe popular. Ao considerar que cerca de 21% dos habitantes de Paraisópolis já estavam empregados dentro da favela em um contexto anterior à pandemia, pode-se concluir que essa parcela já está em processo histórico de segregação.

O enfrentamento da pandemia por famílias da favela se viu absolutamente dificultado, por tantas questões, a aglomeração dentro das residências pequenas, com poucos cômodos, a ausência da escola na rotina das crianças, que para muitas é

fonte de segurança alimentar, o desemprego que cresceu vertiginosamente, a inflação que continua a diminuir o poder de compra. O movimento de articulação na comunidade de Paraisópolis representa um grande fortalecimento de movimentos populares, porém também representa o isolamento cada vez maior que a população pobre, que tem pouco apoio do Estado, tem para lidar com questões tão grandes, e como ficou claro, mesmo uma articulação tão bem organizada e sucedida inicialmente, não foi sustentável a médio e longo prazo.

A classe trabalhadora informal, bastante presente no contexto das favelas, e que no contexto da pandemia tende a se ampliar em razão do grande número de demissões e falta de auxílio do Estado, se submete à micro e à macro exploração, enquanto está quase universalmente privada da proteção das leis e dos padrões trabalhistas. Davis (2006, p. 211) afirma que “a tendência macroeconômica real do trabalho informal é a reprodução da pobreza absoluta”.

A ausência do Estado no enfrentamento da pandemia por moradores pobres de favelas representa a máxima da individualidade capitalista, é necessário que cada um se ocupe de sua própria vida, sendo responsável por seu destino. No entanto, o que se vê no relato da experiência de Paraisópolis é que os moradores podem até ter sucesso na articulação coletiva para enfrentar o vírus, porém essa articulação é insustentável frente à crise existente no pano de fundo, é necessário que o Estado esteja presente e dê condições mínimas de sobrevivência para essa população.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MURAL. **Como está Paraisópolis um ano após o início da pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/podcast/como-esta-paraisopolis-um-ano-apos-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petr: Editoria Vozes, 2008.

BRINKLEY, Catherine. How pandemics have changed American cities – often for the better. **The Conversation**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/how-pandemics-have-changed-american-cities-often-for-the-better-137945>.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLOSSO, Paolo. Na pandemia movimentos sociais mostram sua força e

competência. **Boletim Lua Nova**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2020/04/23/na-pandemia-movimentos-sociais-mostram-sua-forca-e-competencia/>.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. *In: Contragolpes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 191–218.

DAVIS, Mike. **A peste do capitalismo: coronavírus e a luta de classes**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David; CAMARGO, Jeferson (tradução). **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la Cepal**, [S. l.], v. 75, n. dezembro, p. 171–189, 2001.

LAGO, Luciana Corrêa Do; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole**, [S. l.], v. 5, p. 29–46, 2001. DOI: 10.1590/s0102-88392001000100016.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos pobres: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. 2005. Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], 2005.

MARZULO, Eber Pires. Metrôpole e classe: crítica ao conceito de segregação sócio-espacial. *In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES*. 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 0–10.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. Reimpressã ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **COVID-19 deixa um rastro de alto desemprego, inatividade e empregos precários na América Latina e no Caribe**. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_764677/lang-pt/index.htm. Acesso em: 23 dez. 2020.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

REDAÇÃO EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. Paraisópolis organiza mobilização comunitária na pandemia e inspira outras periferias. **Educação e Território**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/paraisopolis-organiza-mobilizacao-comunitaria-na-pandemia-e-inspira-outras-periferias/>.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2006. v. 1 DOI: 10.22409/geographia1999.v1i1.a13370.

SANTOS, MILTON. O território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, p. 15–26, 1999.

SANTOS, Ricardo Ventura; PONTES, Ana Lucia; COIMBRA JR., Carlos E. A. Um

“fato social total”: COVID-19 e povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 36, n. 10, p. 1–5, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00268220.

SCHAPIRA, Marie Prévôt. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Revista Perfiles Latinoamericanos**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 33–56, 2001.